

# **ANÁLISE TEMPORAL DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE REFORMA AGRÁRIA: os impactos regionais na criação dos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba**

**LUCIANA CARVALHO E SOUZA<sup>1</sup>**

**JOÃO CLEPS JUNIOR<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente trabalho constitui no desdobramento da pesquisa DATALUTA, vinculada ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA em parceria com o Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA da Universidade Federal de Uberlândia desde 2005, cujo objetivo básico é levantar e sistematizar os principais dados da Reforma Agrária sobre os movimentos socioterritoriais, ocupações de terras, assentamentos rurais e estrutura fundiária. Assim, buscando ampliar a escala de atuação da pesquisa, objetiva-se, a partir deste, construir um perfil dos assentamentos rurais criados na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, através de uma caracterização quanto às suas formas de atuação, organização e associações produtivas, analisando, concomitantemente, o desempenho das políticas públicas frente às questões agrárias desde 1986, durante o governo Sarney, até o primeiro mandato do governo Lula, possibilitando o desenvolvimento de estudos acerca dos assentamentos rurais e contribuindo, conseqüentemente, para uma análise mais crítica de como está sendo, ou não, realizada a reforma agrária no país e em especialmente no estado de Minas Gerais. Assim, foi possível durante a pesquisa, perceber as deficiências das políticas nacionais de Reforma Agrária principalmente no pós-conquista da terra, o que contribui de maneira decisiva para uma atuação cada vez maior dos movimentos socioterritoriais pela terra em regiões que possuem uma estrutura fundiária concentrada, como é o caso do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária, Assentamentos Rurais, Políticas Públicas, Triângulo Mineiro.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia – Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais – NEAT e Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA, Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1H-02 – CEP 38400-902. Uberlândia-MG, Brasil. Telefone: (34) 3239-4169 Ramal 38. Email: lulukaitba@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Orientador Doutor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Email: jcleps@ufu.br

**Abstract:** This paper is the extension of the research DATALUTA, linked to the Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA in partnership with the Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA of Universidade Federal de Uberlândia since 2005, whose basic goal is to raise and discuss the main data of Agrarian Reform on the movement socioterritoriais, land occupations, the rural and agrarian structure. Thus, seeking to expand the scale of action research, the objective is, from this, build a profile of rural settlements created in the region of Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, through characterization and its forms of action, organization and partnerships, analyzing hence the delivery of public policy issues facing the agricultural since 1986, during the Sarney administration, until the first term of Lula's government for supporting the development of studies on the rural settlements and contribute, therefore, for a more critical analysis of how it is being or not carried out land reform in the country and especially in the state of Minas Gerais. Thus, it was possible during the research, understand the shortcomings of national land reform mainly in the post-conquest of the land, which contributes decisively to an increasing role of socio-territorial movements for land in regions with a concentrated land ownership, as is the case of Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

**Keywords:** Land Reform, Rural Settlements, Public Policy, Triângulo Mineiro.

## 1. INTRODUÇÃO

A concentração de riqueza, a má distribuição de renda e também a grande concentração fundiária são fatores decisivos para a existência e reprodução da condição da desigualdade social e da exclusão econômica historicamente constituída no Brasil.

No campo brasileiro em específico, a má distribuição da terra e o avanço do agronegócio que tem provocado a expulsão de agricultores e a expansão dos monocultivos têm provocado resistências e disputas de uma parcela de trabalhadores e organizações que lutam pelo território e direitos sociais. No contexto, a questão agrária e o problema da Reforma Agrária ganham destaque, principalmente a partir dos anos 1980.

Buscando saídas para os problemas no campo brasileiro, surgem os movimentos de luta pela terra. Estes participam ativamente, principalmente a partir da década de meados da

década de 1980 com a intensificação da luta pela Reforma Agrária pelos movimentos sociais e criação do IPNRA.

Nesse período, surgem também os primeiros assentamentos no estado de Minas Gerais, assentamentos estes que vêm se desenvolvendo a partir de diferentes modos de organização e de produção, baseados, majoritariamente, na agricultura familiar, com grande diversidade de produtos.

No presente artigo busca-se elaborar, comparar e difundir dados básicos de Reforma Agrária, além de promover análises e estudos sobre as experiências diferenciadas e efeitos territoriais dos assentamentos rurais em Minas Gerais, em específico os localizados na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, bem como analisar o contexto sociopolítico da criação dos projetos, a partir da década de 1980.

É importante salientar que, por intermédio da constituição do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA foi possível analisar, sistematizar e espacializar a luta pela terra no estado de Minas Gerais, com o fornecimento de dados referentes às ocupações de terra, movimentos socioterritoriais, estrutura fundiária e assentamentos rurais, facilitando, desta forma, a compreensão da dinâmica territorial e a problemática da questão agrária, em âmbito estadual e federal. Para esta análise, é importante frisar, que os assentados de hoje são os acampados de ontem, aqueles que foram expulsos do campo, que tiveram que migrar para as cidades após a venda ou perda de suas terras.

## **2. METODOLOGIA**

A presente análise parte da compreensão da questão agrária na perspectiva de que os conflitos no campo têm sido gerados pelo processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, sobretudo nos últimos trinta anos. A questão agrária além de estar relacionada aos conflitos pelo território tem historicamente na Reforma Agrária seu principal foco na ação dos movimentos. Os assentamentos rurais são a expressão territorial de reterritorialização da pequena produção rural e principal política pública imposta pelo modelo econômico, o qual muda em cada contexto sociopolítico de governo com reflexos no desenvolvimento territorial dos assentamentos rurais.

Em um primeiro momento, foi realizado levantamento bibliográfico e sistematização de estudos acerca do tema básico proposto, ou seja, sobre a Questão Agrária, a Reforma Agrária e as políticas de assentamentos rurais criadas nos diferentes governos. Também foram

debatidos e analisados estudos sobre a questão agrária brasileira e a política de assentamentos rurais nos diferentes governos. Com base em informações sobre os assentamentos, sistematizadas a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA e em reportagens arquivadas da mídia, foram identificadas e diagnosticadas as experiências locais em assentamentos da região.

Como parte dos procedimentos metodológicos básicos utilizados nesta pesquisa, destacam-se a trocas de experiências e diálogos dos pesquisadores da equipe DATALUTA, a comunidade local e os profissionais vinculados aos movimentos sociais de luta pela terra.

O período de análise da pesquisa compreende, principalmente, as duas últimas décadas, a partir da disponibilidade de dados sobre assentamentos rurais, no Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), coincidindo com os principais marcos iniciais da Reforma Agrária como, por exemplo, o 1º PNRA (1985) e a criação do MST, dentre outros. Como técnicas utilizadas para ilustrar e espacializar os dados da pesquisa foram elaborados mapas e tabelas, representando as áreas de concentração de assentamentos rurais e também experiências regionais de projetos de assentamentos (PA's).

Como procedimento metodológico complementar às pesquisas, foram realizados trabalhos de campo em assentamentos rurais selecionados a partir de experiências destacadas na região pelos movimentos e sociais e órgãos de política agrária, localizados nos municípios de Santa Vitória (PA Cruz e Macaúbas), Tupaciguara (PA São Domingos), Uberlândia (PA Rio das Pedras) e Campo Florido (PA Nova Santo Inácio Ranchinho).

Por fim, nesta pesquisa, uma questão importante se impõe ao discutirmos a problemática dos assentamentos de Reforma Agrária compreendendo-o como uma política fundamental para a permanência da pequena produção e do campesinato no Brasil como forma de garantir, a soberania alimentar, além do que se busca evitar generalizações indevidas e falta de rigor com o tratamento das informações relacionadas à temática do presente trabalho.

### **3. A QUESTÃO AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: políticas públicas e formação de assentamentos rurais**

As políticas públicas referentes à Reforma Agrária possuem amplo alcance e um expressivo impacto, tanto social quanto econômico, e com distintos níveis de articulação, possuem a habilidade de alavancar um novo padrão de desenvolvimento rural, em todo o

território. Todavia, elas ainda são marcadas pela exclusão, pela dominação e pela fragilidade perante o Estado.

Em 1985, o então Presidente da República, José Sarney, criou, em seu governo, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), e também elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pautado no Estatuto da Terra, que visava, em sua íntegra, à redemocratização da distribuição da terra no país.

Além da redemocratização quanto ao acesso e à distribuição de terra, o Plano estabelecia metas de longo, médio e curto prazo, quanto à extensão das áreas a serem desapropriadas e ao número de famílias a serem assentadas, propondo, assim, o estabelecimento de zonas prioritárias de Reforma Agrária, em todo o território brasileiro.

Diante de pressões contrárias à Reforma Agrária, a exemplo da União Democrática Ruralista (UDR), o PNRA sofreu alterações significativas, dificultando, dessa forma, grande parte do processo de desapropriação. Segundo Ranieri, “o número de beneficiários de projetos de reforma agrária no final do governo Sarney (1990) não atingiu 10% da meta inicial” (RANIERI, 2003, p. 13).

Mesmo com um baixo número de assentamentos concluídos e efetivados, foi nesse período, mais especificadamente no ano de 1986, que se estabeleceram os primeiros assentamentos no estado de Minas Gerais (Tabela 1).

Tabela 1: Assentamentos Rurais Criados no Estado de Minas Gerais – Governo Sarney (1986 a 1989)

Mesorregião	Município	Nome Do Assentamento	Capac. De Famílias	Obtenção	Criação	Forma
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	Limeira Do Oeste	PA Iturama	131	1985	1986	Desapropriação
Noroeste De Minas	Unaí	PA Palmeirinha	174	1984	1986	Desapropriação
Norte De Minas	Urucuia	PA Vereda Grande	250	1983	1986	Desapropriação
Jequitinhonha	Padre Paraíso	PA Córrego Comprido	43	1986	1987	Desapropriação
Jequitinhonha	Pedra Azul	PA Aliança	95	1986	1987	Desapropriação
Noroeste De Minas	Unaí	PA Bálsamo	63	1986	1987	Desapropriação
Norte De Minas	Manga	PA Japoré	102	1987	1988	Desapropriação
Norte De Minas	Riachinho	PA São João Do Boqueirão	600	1987	1988	Desapropriação
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	Santa Vitória	PA Cruz e Macaúbas	24	1987	1988	Desapropriação
Noroeste De	Arinos	PA Mimoso	59	1988	1989	Desapropriação

Minas						
Norte De Minas	Riachinho	PA Brejo Verde	63	1988	1989	Desapropriação
Norte De Minas	Verdelândia	PA Boa Esperança	30	1988	1989	Desapropriação

Fonte: Projeto DATALUTA, 2008.

De acordo com os dados da tabela 1, pode-se observar que o número de assentamentos, no Estado, foi muito pequeno, quando comparado com a real demanda e com a grande concentração fundiária situada em Minas Gerais. Apenas quatro, das 12 mesorregiões mineiras, foram contempladas com assentamentos. Porém, vale ressaltar que, mesmo com poucos assentamentos criados no período, todos ocorreram a partir de desapropriações de terras, ou seja, com a redistribuição daquelas que não estavam exercendo seu papel social, de acordo com a Constituição.

No governo Collor (1990-1992), o MIRAD foi extinto e, juntamente com o órgão, uma proposta de Reforma Agrária, visto que, durante o período, não foram realizadas obtenções e criações de assentamentos através de desapropriações de terras, sendo obtido e criado em Minas Gerais apenas o PA João Pinheiro, no município de Funilândia, através de um processo de doação de terras.

No governo seguinte, de Itamar Franco (1992-1994), as iniciativas de projetos de Reforma Agrária foram resgatadas. A partir de uma medida emergencial, o Governo retomou a desapropriação para fins de Reforma Agrária e criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, cujo objetivo era destinar créditos com taxas mais baixas aos agricultores familiares. Porém, os recursos do Programa eram concedidos pelo BNDES, o que dificultava, aos pequenos produtores, atenderem as exigências do sistema financeiro. Na tabela seguinte, apresenta-se a relação dos assentamentos criados em Minas Gerais e a forma como foram legitimados durante o governo Collor e Itamar.

Tabela 2: Assentamentos Rurais Criados no Estado de Minas Gerais – Governos Collor e Itamar (1990 a 1994)

Mesorregião	Município	Nome Do Assentamento	Capac. De Famílias	Obtenção	Criação	Forma
Jequitinhonha	Minas Novas	PA Adrião Capivari	14	1992	1992	Compra
Norte De Minas	Urucuia	PA Água Branca	20	1991	1992	Desapropriação
Jequitinhonha	Novo Cruzeiro	PA Aruega	24	1988	1992	Desapropriação
Noroeste De Minas	Bonfinópolis De Minas	PA Assa Peixe	50	1989	1992	Desapropriação

Metropolitana De Belo Horizonte	Funilândia	PA João Pinheiro	21	1991	1991	Doação
Jequitinhonha	Sen. Modestino Gonçalves	PA Lagoa Bonita	53	1988	1991	Desapropriação
Norte De Minas	Jaíba	PAMocambinho	176	1986	1992	Reconhecimento
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	Campo Florido	PA Nova Santo Inácio Ranchinho	118	1991	1994	Desapropriação
Norte De Minas	Januária	PA Picos Januária	65	1989	1992	Desapropriação
Noroeste De Minas	Pres. Olegário	PA Prata Dos Netos	21	1988	1991	Desapropriação
Vale Do Mucuri	Itaípe	PA Santa Rosa/ Cór. das Posses	34	1992	1992	Desapropriação
Noroeste De Minas	Unaí	PA São Pedro Cipó	80	1988	1992	Desapropriação
Norte De Minas	Montalvânia	PA Vaca Preta	85	1989	1991	Desapropriação
Jequitinhonha	Minas Novas	PA Adrião Capivari	14	1992	1992	Compra

Fonte: Projeto DATALUTA, 2008.

Como foi verificado, foram criados e obtidos apenas seis assentamentos no período, sendo que dois foram obtidos por compra, um por doação e quatro por desapropriação de terras. Os oito assentamentos assinalados na tabela foram apenas legitimados no período, ou seja, já haviam sido obtidos pelo governo anterior. Na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foi criado apenas um assentamento, na cidade de Campo Florido, com capacidade para 118 famílias.

Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), foi adotada uma política neoliberal também para a área rural. Assim como vinha acontecendo desde o período colonial, essa política priorizou a produção para o mercado externo, deixando em segundo plano o abastecimento interno. Além disso, o fato de o Estado não intervir de forma direta na economia, fez com que a economia agrícola brasileira se subordinasse aos interesses dos países mais ricos e das grandes transnacionais, que monopolizam o setor de produção de insumos e o comércio de produtos nesse setor.

Percebendo que as medidas utilizadas no governo FHC acabariam dificultando o processo de Reforma Agrária no país, os movimentos sociais de luta pela terra se organizaram e reivindicaram melhores condições de vida no campo. A pressão feita pelos movimentos sociais, com a ampliação das ocupações, nesse período, levou o governo FHC a ampliar as áreas de assentamentos e também a criar alguns programas sociais voltados ao campo, tais como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER RURAL); e a Previdência Rural.

Porém, grande parte desses programas não passou de medidas compensatórias, e os financiamentos de custeio, com recursos do programa, apresentaram encargos totais muito superiores a todas as taxas que aferem o processo inflacionário. Além disso, foi comprovado que o financiamento era destinado apenas aos produtores que eram integrados às empresas agroindustriais ou às cooperativas por elas administradas. A política compensatória de criação de assentamentos rurais nos governos tem sido a coerência e a sintonia com o modelo neoliberal de Reforma Agrária e políticas públicas em geral, marcada pela subalternidade aos capitais e aos mercados.

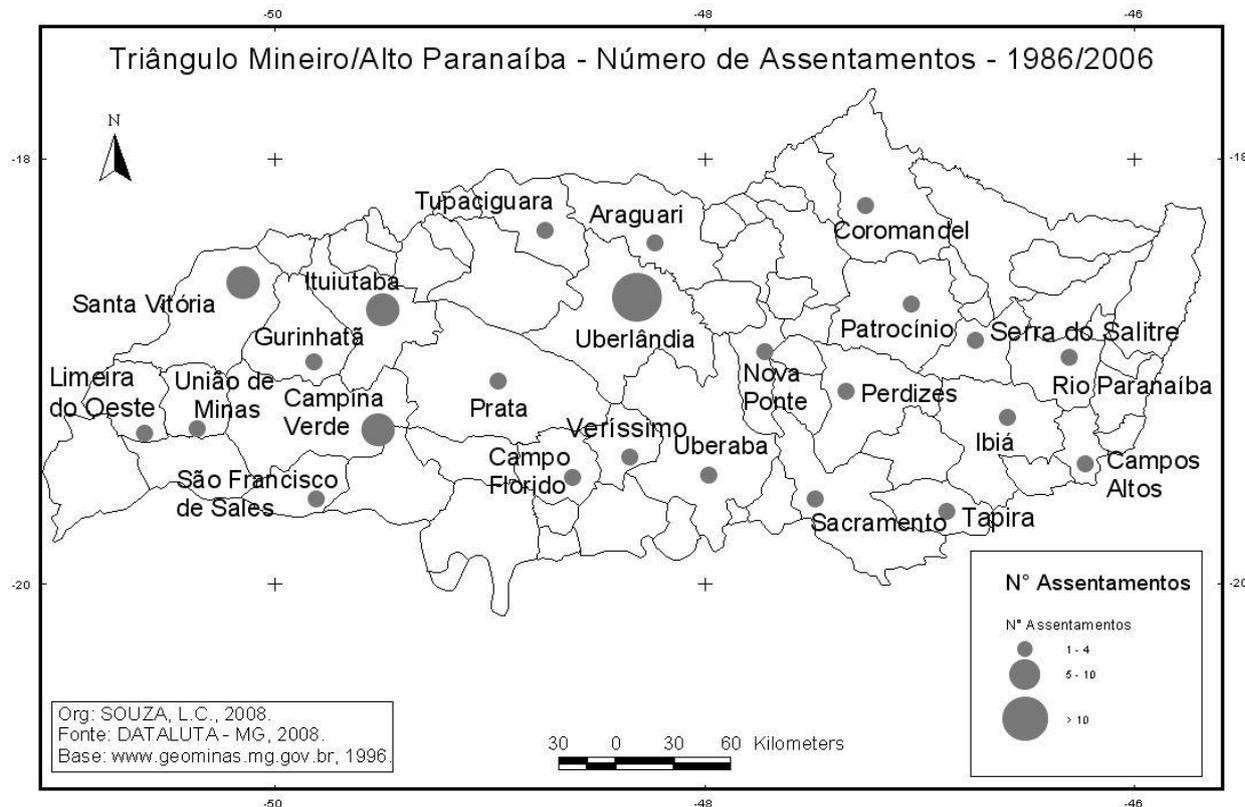
Como componente importante desse processo foi à criação do Banco da Terra pelo Governo FHC. O Banco constituía-se de um mecanismo criado para compra e venda de terras destinadas à Reforma Agrária, tal sistema ficou conhecido como projeto de reforma agrária de mercado. Mais uma vez, a atuação do Governo foi muito criticada pelos movimentos, pois além de encarecer o preço da terra, o processo de arrecadação de terras e seleção das famílias era descentralizado, ou seja, ficava sob responsabilidade dos municípios realizar todo o processo, gerando assim um fortalecimento das elites locais e dificultando a pressão popular, que reivindicava uma Reforma Agrária que não fosse a de mercado, adotada pelo atual Governo.

Neste cenário, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República, no ano de 2003, com o apoio de grande parte das entidades populares de luta pela terra. Durante sua campanha, Lula apresentou um plano de metas para o setor agrário brasileiro, destacando-se, principalmente: o Plano Nacional de Reforma Agrária; o programa de fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos de Reforma Agrária; o crédito rural; a educação para o meio rural; o associativismo e cooperativismo, entre tantas outras que, como a maioria dessas citadas, não conseguiram alcançar os marcos propostos, principalmente devido a negligência e falta de interesse tanto do Estado quanto da bancada ruralista em levar os projetos adiante.

Muitos dados foram alterados, “maquiando” assim a realidade do campesinato brasileiro. Segundo Oliveira (2006 p. 23) “[...] tudo indica tratar-se de reconhecimento das famílias já assentadas para fins de sua inserção nas políticas do governo, mas nunca, novos assentamentos do governo LULA. São, portanto, casos típicos de reordenação de assentamentos antigos”.

Através do Mapa 1, pode-se observar a dinâmica de criação dos assentamentos rurais criados no período analisado e as cidades do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba que foram contempladas.

Mapa 1- Número de Assentamentos por Município no Período de 1986 a 2006



Para análise da distribuição dos assentamentos, no tempo e no espaço, evidencia-se a partir da análise dos governos, desde a década de 1980, uma relativa tendência à manutenção de uma política agrária injusta e concentradora, realizada durante todo o processo histórico brasileiro, deixando a desejar uma Reforma Agrária realmente efetiva e aplicada.

### 3.1. PA Cruz e Macaúbas – Criação no Governo José Sarney

O PA Cruz e Macaúbas localiza-se no município de Santa Vitória, próximo ao distrito de Chaveslândia, ambos localizados na mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, com uma distância de aproximadamente 50 km da sede municipal e 25 km da sede do distrito.

O assentamento foi criado em 1986, durante o período de governo de José Sarney, sendo um dos primeiros PA's implementados em Minas Gerais. Desta maneira, sua forma de obtenção foi bastante peculiar e diferenciada da maioria dos assentamentos rurais da região.

A Fazenda Cruz e Macaúbas, com cerca de 693 ha. que há muito tempo não produzia e após estudos realizados pelo INCRA em 1986 foi declarada improdutiva e assim, estaria passível de desapropriação.

Como forma de agilizar o processo de desapropriação da fazenda, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Vitória realizou uma ocupação relâmpago que, segundo informações do Sr. Geraldo, assentado que participou da ação, foi aconselhada pela INCRA, em que cerca de 11 pessoas permaneceram acampadas por 10 dias, na fazenda. Após os 10 dias, o INCRA realizou a ordem de despejo do proprietário.

Em 1989, através de sorteio, foram selecionadas as famílias assentadas e divididos os lotes da fazenda. Foram assentadas 24 famílias, todas ligadas ao STR da região, em lotes que variam de 22 a 35 hectares. Vale ressaltar que o módulo rural da região é de 30 hectares, ou seja, alguns lotes possuem menos do que um módulo, o que dificulta a produção para a subsistência.

Por ter sido o segundo assentamento rural na região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, todo o processo legal foi bastante rápido. Após um ano, os assentados receberam o Pronaf A, no valor de R\$20.000,00, o que os auxiliou na construção de casas e na compra de sementes e gado. Já em 1992, três anos após a divisão e distribuição dos lotes às famílias, o assentamento foi emancipado.

Todavia, segundo alguns assentados, tal processo não colaborou, de maneira significativa, para as famílias, de uma maneira geral, visto que, depois de emancipado, o assentamento perdeu alguns recursos e benefícios. Desta maneira, acredita-se que a emancipação ocorreu pela de articulação de alguns grandes fazendeiros da região, como forma de desestabilizar o assentamento, visto que, após a emancipação, os assentados tiveram que pagar seus lotes além de deixarem de receber alguns benefícios.

O PA Cruz e Macaúbas também possuiu, por alguns anos tempo, com uma escola no interior do assentamento, que atendia crianças de toda a região. Porém, em 2002, a escola foi redirecionada para o PA Nova Jubran, também localizado em Santa Vitória, devido a uma maior demanda de alunos e crianças em idade escolar. Atualmente, a escola foi nomeada Escola Municipal Luiz Dib e atende um total de 100 crianças da educação infantil, até o nono ano, e segue um regime convencional de ensino.

Durante as décadas de 1980/ 1990, o principal produto cultivado no assentamento era a mandioca. Atualmente, seguindo certa tendência da regional, todos os lotes têm, como principal fonte de renda, a criação de gado de corte e também leiteiro. Porém, o gado não é

suficiente para o abastecimento das famílias; desta forma, também há produção de hortaliças, fabricação de polvilho e criação de peixes em tanques apropriados.

Além disso, grande parte dos produtores trabalham em uma usina de cana-de-açúcar que se localiza próxima ao PA Cruz e Macaúbas, como forma de garantir a manutenção das famílias, visto que a falta de incentivos faz com que a produção seja insuficiente para as necessidades daquelas.

Em 2010, restavam apenas oito famílias que participaram da formação do assentamento desde o princípio. Os outros 16 lotes foram vendidos para terceiros, sendo que dois destes foram arrendados para a produção de cana-de-açúcar. Sendo assim, podemos verificar que, apesar de, inicialmente, o processo de desapropriação da fazenda e emancipação do assentamento ter acontecido de maneira ágil, isto não foi o suficiente para que as famílias permanecessem na terra e ali constituíssem uma agricultura familiar sólida.

### **3.2. PA Nova Santo Inácio Ranchinho – Criação Governo Itamar Franco**

O processo de criação do PA Nova Santo Inácio Ranchinho iniciou-se no dia 24 de janeiro em 1990, quando cerca de 200 trabalhadores rurais sem-terra vinculados ao MST, CUT, FETAEMG, STR e CPT, ocuparam a fazenda Colorado, de mais de 5000 há, localizado no município de Iturama, Minas Gerais.

Um dia após a ocupação, as famílias acampadas foram despejadas da fazenda pela Polícia Militar, respaldada pela União Democrática Ruralista – UDR. Desta maneira, os trabalhadores rurais sem-terra se dirigiram ao centro da cidade e lá acamparam, como forma de manifestação contra o ocorrido e de pressão para que o INCRA desapropriasse a fazenda, que se encontrava improdutiva.

Porém, após conflitos com a polícia e também com algumas entidades públicas, o movimento decidiu transferir o acampamento para a BR 497. De acordo com Guimarães (2001 p. 73), “o acampamento nas margens de uma rodovia federal tornou as lutas dos trabalhadores visíveis para a sociedade local, constituindo-se como *locus* das práticas de resistência e organização”.

Parte do grupo permaneceu durante nove meses acampado na BR 497, aguardando, sem sucesso, ações efetivas do INCRA e do Governo Federal para a desapropriação do latifúndio. Desta maneira, os Sem-Terra decidiram ocupar a Fazenda Varginha, também localizada na região, e que se encontrava improdutiva. Porém, desta vez, a reação dos

membros da UDR e da Polícia Militar foi instantânea. A expulsão dos trabalhadores aconteceu de forma extremamente violenta; as famílias foram humilhadas e alguns trabalhadores foram amarrados e afogados e suas esposas sexualmente agredidas. Conforme o estudo em referência,

A violência exercida pela polícia contra os trabalhadores marcou a presença dos fazendeiros, declarando a luta aberta contra os ocupantes da terra. Nesse sentido, a ação do Estado sobre os conflitos no campo foi permeada por práticas repressivas sobre os movimentos, ora abertas como intervenções policiais nos conflitos, ora veladas, pela omissão quanto às ações das milícias privadas dos grandes proprietários (GUIMARÃES, 2001 p. 77).

Mesmo depois de ter sofrido tantas injustiças, o grupo de trabalhadores Sem-Terra não desistiu de lutar e fazer valer seus direitos. Voltaram para o acampamento na BR 497 e restabeleceram-se moral, física e psicologicamente, realizando frequentes manifestações como forma de mobilizar a sociedade em prol da luta pela Reforma Agrária.

No mesmo período, a Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, localizada no município de Campo Florido, no Triângulo Mineiro, com 3.890 ha, foi indicada como área prioritária de Reforma Agrária. Foi por meio de muita luta e, principalmente, de pressão exercida pelos Sem-Terra ao INCRA que, em 16 de abril de 1991, foi realizada a desapropriação da área. Porém, apenas em 1993 as famílias se estabeleceram na propriedade.

Durante a fase de acampamento no PA Nova Santo Inácio Ranchinho, os trabalhadores rurais buscaram, com a coletividade, conquistar e defender seus direitos no pós-conquista da terra. O parcelamento dos lotes foi realizado entre 107 famílias por meio de sorteio, tentando respeitar questões como afinidade e parentesco entre os membros. Além disso, também foram demarcadas áreas de uso coletivo.

Todavia, a organização coletiva, no assentamento, não durou muito, pelo fato de algumas ações serem questionadas e não acordadas de maneira única pelo grupo. Sendo assim, os assentados, principalmente após a definição dos lotes, partiram para um modelo de produção individual, o que, conseqüentemente, acabou distanciando os trabalhadores.

Nos últimos anos, após várias tentativas de produção e frustrações, grande parte dos assentados vem arrendando suas propriedades para usinas de cana-de-açúcar. Porém,

O arrendamento de parte das parcelas a fazendeiros vizinhos ao assentamento não começou com a cana. Antes dela, devido ao alto valor alcançado pela soja no mercado daquele período (em torno do ano 2000), a demanda por áreas do seu plantio aumentou significativamente. Assim, principalmente durante os poucos anos nos quais a cotação da soja esteve em seu auge, alguns assentados arrendaram parte de suas parcelas para fazendeiros que já produziam em suas terras e naquele momento buscavam novas áreas (SILVA, 2007 p. 123).

Mesmo, muitas vezes, contrariando os valores e identidade de luta, a maioria dos assentados do PA Nova Santo Inácio Ranchinho não considera uma alternativa adequada econômica e politicamente, tendo em vista as dificuldades encontradas durante todo o período de pré e pós conquista da terra, como perseguições e falta de incentivos. Porém, mesmo que uma parcela dos assentados tenha aderido ao arrendamento, muitos acreditam que tal fato seja uma condição temporária e que, em breve, tenham melhores condições de se reestruturar na pequena produção familiar.

### **3.3. PA Rio das Pedras – Criação Governo Fernando Henrique Cardoso**

A ocupação da fazenda Rio das Pedras, localizada no município de Uberlândia nas margens da BR 365, sendo considerada a primeira ocupação de terras ocorrida no município, deu-se em abril de 1997, quando cerca de 170 famílias do Movimento de Luta pela Terra – MLT se estabeleceram no local.

Todavia, o proprietário da então fazenda entrou com um mandato de “Reintegração de Posse”, que foi concedida ainda no mês de abril e estipulou um prazo de 72 horas para que as famílias Sem-Terra desocupassem a área. Por meio de um acordo entre advogados do movimento e a Polícia Federal, foi estipulado um novo prazo para a desocupação da área. Durante esse período, o MLT entrou com um mandato de segurança contra a reintegração de posse e, após vitória do INCRA, a propriedade, de cerca de 1900 hectares, foi considerada improdutiva, pois apenas 20% dela eram utilizados, para o cultivo de soja. Segundo definições do órgão em questão, para não ser considerada improdutiva a propriedade deveria ser utilizada, para produção, em pelo menos 80% de sua área.

Contudo, das 170 famílias que participaram do processo de ocupação da área, apenas 87 foram assentadas, cerca de um ano e meio após a ocupação, período no qual ficaram acampadas onde hoje se encontra a sede do assentamento. Na época, orientadas pelo MLT, as famílias foram selecionadas e organizadas, cada uma em lotes com cerca de 20 hectares. Atualmente, aproximadamente metade das famílias assentadas já não reside mais no PA.

Segundo Medeiros (2006),

Todo período de ocupação da fazenda Rio das Pedras transcorreu de modo pacífico não havendo violência policial, fato este que se justifica, em parte, pela conduta do proprietário da fazenda que não colocou empecilhos, ou seja, muitas objeções para que a fazenda fosse desocupada imediatamente, preferindo, assim, esperar os resultados dos trâmites legais (MEDEIROS, 2006 p. 129).

Na ocasião da ocupação da propriedade pelas famílias, pouco restava da fauna e da flora originais. Na área da fazenda e nas propriedades vizinhas àquela, predominavam na época e hoje, mais ainda, imensas áreas para a prática da pecuária extensiva e para o cultivo, principalmente de soja.

No intervalo de tempo marcado pela ocupação até a consolidação do assentamento, as famílias experimentaram o cultivo coletivo de gêneros de subsistência, como arroz, feijão, milho, mandioca e hortaliças, mas tal prática não teve continuidade, após a distribuição dos lotes.

Atualmente, predominam, na paisagem do assentamento, áreas para a criação de gado leiteiro de baixa linhagem. Em muitos casos, a criação do gado bovino no assentamento caracteriza-se como um problema. É comum encontrarmos animais utilizando áreas de nascentes e veredas como locais de pastagem. O pisoteamento do solo por estes animais destrói a vegetação nativa, compactando o solo e introduzindo espécies invasoras como gramíneas e leguminosas. Essas áreas vêm sofrendo intenso impacto antrópico, que afeta, principalmente, a preservação das áreas de abastecimento natural de água para o assentamento.

Outro fator que afeta a disponibilidade hídrica são os desvios dos cursos d'água, realizados para disponibilizar água para as áreas de plantações. Quase que em sua totalidade, os rios e córregos da região não dispõem de água própria para o consumo humano, pois encontram-se contaminados por esgoto e por agrotóxicos utilizados nas grandes lavouras das fazendas vizinhas. As fontes de água boa para o consumo ficam, então, por conta das cisternas e poços artesianos espalhados por todo o assentamento.

A disposição de lixo e esgoto é feita de forma inadequada. É comum encontrar nos lotes valas onde o lixo é jogado e, posteriormente, queimado, sem nenhum tipo de manejo, seleção ou coleta e deposição corretos.

A criação de suínos e de aves é outra atividade comum para os assentados, apesar de não se configurar como uma atividade comercial. O modo de criação dos porcos é bastante interessante, pois reflete a técnica adquirida pelo trabalhador rural em experiências anteriores. Existem dois ambientes em que os porcos são criados: o chiqueiro, no qual o animal é colocado com a finalidade da engorda para o abate, e o mangueiro, no qual geralmente são colocados um macho e uma fêmea, com o intuito da reprodução para o aumento do rebanho. Tal técnica reflete a sabedoria adquirida pelo trabalhador do campo, configurando-se em algo que modela a paisagem de acordo com a aplicação da cultura.

As áreas de plantação do assentamento são geralmente para o cultivo de espécies que servem de alimento para a criação, como cana e milho entre outras. Outro aspecto relevante é que tais plantações não são feitas de forma coletiva, assim como todo cultivo de hortaliças é feito de forma individual. Desta maneira nota-se que, no assentamento, não há o espírito de trabalho em grupo, ou seja, cada lote configura-se como uma propriedade particular, em que cada proprietário produz, sozinho, aquilo que necessita.

O PA Rio das Pedras possui uma área comunitária onde se localiza a sede, além de um amplo espaço para a realização de reuniões entre os assentados. É importante ressaltar que o PA foi contemplado pelo Programa de Apoio Científico e Tecnológico nos Assentamentos de Reforma Agrária na Região do Triângulo Mineiro – PACTo uma iniciativa do Governo Federal, desenvolvido pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, com a participação de vários institutos e faculdades da instituição. Durante o projeto, foram elaborados e sugeridos modelos de trabalho coletivo, por meio de cooperativas; todavia, tais projetos não foram efetivamente implantados.

Outro projeto, também desenvolvido durante o PACTo, foi a instalação de um viveiro de mudas, que seria utilizado por toda a comunidade assentada, porém, apesar de a estrutura ter sido montada, ela não está sendo utilizada, o que demonstra grande dificuldade de articulação e integração entre as famílias assentadas.

Na mesma área, há o projeto de uma farinheira. A farinheira encontra-se praticamente pronta, com todo o maquinário instalado e pronto para ser utilizado. Não há, contudo, incentivos públicos financeiros ou técnicos para que se possa iniciar a produção de farinha dentro do assentamento.

Por fim, é interessante observar e compreender as transformações sociais e espaciais ocorridas na área do PA Rio das Pedras. Mesmo com a participação em projetos de vínculo direto com a Universidade, os assentados ainda encontram barreiras a serem transpostas, não apenas na inte-relação pessoal, mas também na falta de apoio público e políticas eficazes; e não apenas em implementação de projetos e maquinários, mas, sobretudo, no acompanhamento das famílias no campo.

### **3.4. Assentamento São Domingos – Criação no Governo Lula**

A história de criação e reconhecimento do Assentamento São Domingos não se inicia como a maioria dos assentamentos do Triângulo Mineiro, e até mesmo do Brasil, mediante a

luta pela terra. O assentamento inicia-se com um processo considerado até mesmo pacífico, no que tange a não ocupação da propriedade, posto que foi por meio de uma solicitação de vistoria da terra da Fazenda São Domingos, localizada no município de Tupariguara, no Triângulo Mineiro, em 1997, pelo Movimento de Libertação dos Sem Terras – MLST junto ao INCRA.

Nessa reivindicação do movimento ao INCRA, foi apontado o caráter improdutivo da fazenda, que não atendia à função social da terra, como é destacado pelo Estatuto da Terra e incorporado às constituições posteriores; este estabelece que quando a terra não atingir os índices de produtividade de cultura, por área, bem como não cumprir sua função social, pode ser desapropriada para criação de assentamentos rurais.

Com a vistoria da área, a fazenda foi considerada improdutiva, em primeira instância, atendendo aos requisitos legais para desapropriação e criação do assentamento. Mas, em decorrência do alto valor solicitado pelo proprietário para que terra fosse desapropriada, o processo de criação do assentamento foi encerrado naquele momento, visto o INCRA não concordar em pagar mais do que os preços tabelados para compra de terras. Esse fator sugere que o valor cobrado para a desapropriação foi planejado, possivelmente pelo proprietário, que queria manter sua propriedade.

Durante alguns anos a área deixou de ser foco dos movimentos para a criação de um assentamento. Porém, em 23 de Junho de 2003, o Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL, originado em decorrência de rachas internos do MLST, ocupou a Fazenda São Domingos, com cerca de 400 pessoas, entre adultos e crianças. Entretanto, pouco tempo depois, foi emitido um mandato de reintegração de posse ao proprietário da fazenda. Mesmo assim, os manifestantes voltaram a ocupar a área, sendo repetidas vezes forçados a desocupar a propriedade, mediante reintegrações de posse. Esse processo ocorreu, de acordo com o movimento, como resultado da falta de áreas para a criação de assentamentos de reforma agrária.

Somente em 2004, após uma nova reintegração de posse da área, os manifestantes deixaram as imediações da fazenda, uma vez que foram levados para alojamentos montados no aterro da cidade, resultado de acordo feito entre o INCRA e a Prefeitura local. Essa ação foi aceita como alternativa para as famílias se instalarem até que o INCRA encontrasse uma localidade para alojá-las.

No alojamento do aterro da cidade, os manifestantes viviam em situação precária, e decidiram abandonar a área e continuar suas manifestações em outras localidades. Assim, os militantes foram divididos em dois grupos, o primeiro foi enviado para ocupar a Fazenda

Água Viva, o segundo grupo foi enviado para ocupar a Fazenda Taperão. É importante salientar que, nessa última ocupação, ocorreram fortes discussões entre os manifestantes e a polícia, que fazia a segurança da propriedade, porém os manifestantes conseguiram ocupar a área.

Pouco tempo depois, alguns integrantes da ocupação da Fazenda Água Viva foram deslocados da região, juntamente com outros militantes do MTL, para uma nova ocupação da Fazenda São Domingos. Como a fazenda possuía um mandato de segurança judicial, que impedia a ocupação da terra, os militantes acamparam nas margens das estradas próximas à fazenda e, de certa forma, controlaram o fluxo de entrada e saída de pessoas das áreas próximas à propriedade.

Esse processo de conquista da terra mediante a ocupação da área foi cessado, porém os embates políticos para a transformação da área em assentamento não pararam. Tanto que o MTL apresentou, junto ao Ministério Público Federal e à Justiça Federal, projetos de implantação de cooperativas de produção comunitária, coordenadas pelo movimento.

Mediante esse fator, o INCRA se viu forçado, pelo Ministério Público Federal e a Justiça Federal, agilizar o processo de compra de terras para a implantação do projeto de cooperativa. O MTL solicitou, junto às entidades, que o projeto ocorresse na Fazenda São Domingos; assim, o INCRA intensificou suas ações de negociação para a aquisição da terra, e em 25 de maio de 2006, foi cedida ao MTL à posse da Fazenda São Domingos e repassada à cooperativa do movimento, nomeada Cooperativa Agropecuária Mista de Empreendimento Rural Comunitário do Assentamento São Domingos - COERCO.

É importante salientar que, em todo o Brasil, ocorrem experiências de cooperativas em assentamentos, como em alguns assentamentos de Campo Florido, Uberlândia e Unaí; no entanto, estes, são criados e autogeridos pelos assentados, sendo a posse da terra é atribuída aos mesmos com uma divisão de lotes geralmente proporcionais quanto ao tamanho. A proposta de cooperativa, coordenada pelo movimento MTL e implantada no Assentamento São Domingos foge a essas características comuns apontadas dos outros assentamentos.

No P.A. São Domingos a cooperativa orienta as diretrizes da coletividade no que tange, principalmente, ao trabalho, atribuindo funções, cargos e responsabilidades aos associados. Quanto à posse da terra esta fica com o MTL, ou seja, toda a produção do assentamento é feita de maneira coletiva e o lucro repassado aos cooperados, de acordo com sua jornada de trabalho.

Dessa forma, as famílias não possuem áreas do tamanho comum a outros assentamentos de Minas Gerais, que variam em média de 17 a 30ha. Os associados,

assentados, são locados numa área de uso individual de cerca de 2ha de terras, na qual podem construir sua moradia e escolher o tipo de produção, sendo os lucros obtidos nessa área individual não vinculados ou repassados a COERCO.

Dessa forma, o restante da área da fazenda, excluindo as áreas de uso individual, é voltado à cooperativa, e seu uso de produção é votado entre os cooperados, mediante a indicação de possibilidades de produção idealizadas pelo MTL, em reuniões entre os cooperados.

Como destacado, os recursos obtidos pela COERCO são divididos entre os associados de forma igualitária, respeitando o trabalho desenvolvido por cada um. Porém, deve-se analisar de que maneira são repassados os recursos pela cooperativa.

Os lucros são divididos de forma igualitária e o serviço também. Entretanto deve-se destacar que às mulheres e crianças são atribuídas funções menos penosas do que o trabalho braçal do campo, como a debulha de milho, além de que a essas mulheres é reservado um período para o desenvolvimento de trabalhos domésticos.

Outro fator que ocorre na COERCO, de certa forma questão controversa, é que a área de uso individual é passível de reivindicação do movimento, mediante o não desenvolvimento das tarefas do assentado para com a cooperativa, sendo este convidado a se retirar do assentamento, sem a possibilidade de obter o valor da terra que ocupava. Somente as benfeitorias que o assentado fez, na área de uso individual, são pagas pela cooperativa ao ex-associado, ressaltando assim, que o “assentado” não detém a posse de sua terra.

Deve-se deixar claro que, em sua maioria, os assentados da Fazenda São Domingos não são os mesmos que participaram da ocupação inicial e final da terra, são famílias ligadas ao MTL que optaram em trabalhar no assentamento, concordando com os termos e as premissas de funcionamento desta.

De acordo com o MTL e as lideranças do assentamento, além da COERCO, os motivos de funcionamento desse sistema de cooperativa estão baseados na tentativa de criação de um modelo de política de Reforma Agrária diferenciada, que possibilite aos assentados serem instalados como cooperados de uma associação, para que com a coordenação de um movimento, os assentados possam, de maneira mais igualitária, ser beneficiados por políticas governamentais.

Com isso, espera-se mudar a atual realidade para o acesso à terra e para os assentados, pois estes são, individualmente, designados à terra, porém dificilmente recebem auxílio técnico e financeiro suficiente para o desenvolvimento de atividades produtivas em seus lotes.

Atualmente (2010), o assentamento possuía 62 unidades familiares, em lotes dispostos em uma área de 2144 hectares. No projeto estão previstos um limite máximo de 100 famílias assentadas. A escolha do tipo de produção, como já destacado, é feita entre os cooperados da COERCO. Como estes se instalaram em 2006, a primeira safra, resultante de seu trabalho, foi colhida no decorrer de 2007. Na safra de 2007 foram cultivadas, manualmente, cerca de 726 hectares de hortaliças e frutas, voltadas para a subsistência das famílias da cooperativa; além de produzirem, em 39 hectares, arroz, 29 hectares, feijão, e em 24 alqueires, milho, que foram comercializados por R\$ 350 mil, de acordo com a COERCO. Essa produção foi a primeira safra comercializada pela cooperativa.

Um importante fator que deve ser ressaltado é que toda a produção é realizada manualmente, com quase nenhum uso de instrumento mecânico ou insumo industrial, voltando assim suas atividades à aplicação de sistemas agroecológicos, como realizados em algumas experiências em outras regiões do Brasil e disseminadas em algumas áreas, de agricultura familiar tradicional, de países europeus.

Pelas expectativas da cooperativa, existem ainda outras possibilidades de crescimento, como o aumento da horta criada, inicialmente, para suprir as demandas do assentamento, que passará da área atual para 3ha. Isso ocorrerá mediante o fornecimento de alface, couve, agrião, cebolinha, jiló e chuchu para canteiro de obras da pequena central hidrelétrica (PCH) de Malagone, que se instalará na foz do rio Uberabinha, no rio Araguari, gerando, diariamente, 1,5 mil refeições para os trabalhadores da construção.

Outra possibilidade de crescimento para a cooperativa reside em sua inserção no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional em Acampamentos e Pré-assentamentos de Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais – PSA, do Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER/MG que, inicialmente, disponibilizou as sementes para iniciar a produção do assentamento.

Dessa forma, é possível observar que o Assentamento São Domingos, coordenado pela COERCO, tende a ampliar seus horizontes de crescimento, aumentando assim sua força. Isso pode também ser constatado mediante o não abandono de assentados do local desde o início das atividades da cooperativa.

#### 4. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou investigar a problemática da Reforma Agrária e criação de assentamentos no estado de Minas Gerais, em especial a mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, além apresentar uma parte da realidade de alguns assentamentos rurais localizados no estado e na região.

Por meio de uma análise temporal das políticas de Reforma Agrária mais recente, principalmente a partir da década de 1980, com o período da “Nova República”, e também com a formação dos principais movimentos sociais de luta pela terra, foi possível estabelecer uma discussão relativa à territorialização da luta pela terra no estado de Minas Gerais e compreender a formação e a estruturação dos assentamentos rurais. Pelas pesquisas e dados sistematizados obtidos no DATALUTA, foi demonstrada a presença de assentamentos rurais em regiões de maior conflito fundiário e de concentração de terras e do agronegócio como as regiões do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba e Norte de Minas.

Por sua vez, os movimentos sociais de luta pela terra vêm-se organizando nos últimos anos de maneira diferenciada e articulada, lutando por melhores condições de vida e acesso à terra. De acordo com o projeto DATALUTA, em Minas Gerais somam-se, atualmente (2008) mais de 30 movimentos sociais e organizações de luta pela terra, com atuação em todo o Estado. Desta maneira, começam a surgir, no Estado os primeiros assentamentos rurais, criados, essencialmente, a partir da luta desses movimentos pela Reforma Agrária.

Conclui-se que os assentamentos representam uma forma territorialmente construída, ou seja, são os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais. No entanto, essa política (compensatória) de assentamentos rurais tem sido implantada a partir da concepção de mundo neoliberal exercida pelos governos, na última década. Foi possível perceber também que os assentamentos analisados ainda passam grandes dificuldades quanto a sua organização e permanência do trabalhador no campo. Tais barreiras são encontradas em todos os períodos e governos trabalhados, evidenciando a ineficácia e até mesmo ausência de políticas públicas compatíveis com a real necessidade do Sem-Terra e da concretização de uma agricultura familiar sólida.

## 5. REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, E.; SALCIDES, A. Rupturas e Continuidades no Processo de Reforma Agrária no Brasil: uma análise de ações do poder público – 1985 – 2002. **Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, EMBRAPA, Juiz de Fora, 27 a 30 /04/2003, CD-ROM, 2003.

ANDRADE, M. C. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas velhas funções. São Paulo, **Revista Geosp - Espaço e Tempo**, n.12, nov. 2002, p.11-19.

BERGAMASCO, S. M. P.; FERRANTE, V. L. B. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena – Debatendo o livro **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária**. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate / coordenação Caio Galvão de França, Gerd Sparovek. Colaboradores Antônio Márcio Buainain ... [et al]. Brasília: NEAD, 2005. 300 p. (Nead Debate ; 8).

BOMBARDI, L. M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004. 396 p.

CLEPS JR, J. et all, **Cooperativismo e viabilidades da empresa rural comunitária em projetos de reforma agrária**: capacitação dos assentados da Fazenda São Domingos, Tupaciguara-MG. 2007. 25 f. Relatório de Conclusão de Pesquisa – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

COLETTI, C. **Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal**. *Idéias*, ano 9, n.1, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. 2002. [pp. 49-104]

FERNANDES, B. M. et al. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra**. Terra Livre, São Paulo. 2004.

FERNANDES, B. M. F. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

GOMES, R.M. **Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural**: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: UFU, 2004.

GUIMARÃES, L.C. **Luta pela terra, cidadania e novo território**: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido – MG (1989-2001). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2001. 169 p.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Unesp, 2004. 392 p.

MEDEIROS, E.A.P. **Limites da Reforma Agrária**: lutas, memórias e experiências dos trabalhadores rurais Sem-Terras – Assentamento Rio das Pedras-Uberlândia/MG- 1997/2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 129 p.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308 p.

OLIVEIRA, A. U. A “**não Reforma Agrária**” do MDA/INCRA no Governo Lula. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2008 <[www.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera)>, Acesso: 15 fev. 2009.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da Reforma Agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p.4 – 38.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, D.N.C.; ROSA, S.L.C. (Org.). **Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 306 p.

SILVA, L.M. **Sociabilidades e Mudanças sociais no caso do Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho – MG**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, 2007. 154 p.

SOUSA, R. A. UFU na mídia: Assentamento São Domingos prospera com agricultura manual. **Página 9**, Uberlândia, 17 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.pagina9.ufu.br>>. Acesso em : 07 julho 2008

STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 3 vol.